COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI 2421, DE 2007

Dispõe sobre a responsabilização das tomadoras de serviços terceirizados pela expedição de Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP, em favor de trabalhadores sujeitos a aposentadoria especial e dá outras providências.

Autor: Deputado Nelson Pelegrino

Relator: Deputado Darcísio Perondi

I – RELATÓRIO

O PL 2421 de 2007, do deputado Nelson Pelegrino, Responsabiliza as empresas tomadoras de serviços pela expedição do PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) dos trabalhadores terceirizados.

O projeto foi distribuído às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), de Seguridade Social e Família (CSSF), e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

A matéria foi rejeitada pela CTASP. Na Comissão de Seguridade Social e Família, não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

É o relatório.

II – VOTO

Trata-se de análise do Projeto de Lei nº 2421/07, de autoria do Deputado Nelson Pellegrino, que tem por objetivo estabelecer a obrigação de empresas tomadoras de serviços terceirizados na emissão do documento denominado Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP.

Tal documento é indispensável à habilitação do trabalhador ao benefício de aposentadoria especial por labor em condições especiais de trabalho.

A obrigação pela emissão do documento já é da empresa empregadora, conforme consta do § 1º do art. 58 da Lei nº 8.213/1991. Ali se exige que a comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos seja feita em formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho.

O tema é disciplinado na Instrução Normativa INSS/DC 96/2003, com o objetivo de fornecer informações para o trabalhador, a fim de que possa instruir seu requerimento de aposentadoria especial a ser formulado perante o órgão competente.

A justificativa do PL esclarece que o preenchimento do formulário sempre foi obrigatório ao empregador e que, em decorrência da IN INSS 118/2005, a partir de 1º de janeiro de 2004, a empresa ou equiparada à empresa passou a ser obrigada a elaborar PPP, conforme Anexo XV da referida Instrução, de forma individualizada para seus empregados, trabalhadores avulsos e cooperados.

Como nem a citada norma do INSS nem a Lei tratam dos trabalhadores vinculados a contratos denominados de terceirização, ainda que expostos às situações que podem levar à aposentadoria especial, o PL pretende impor a obrigação ao tomador dos serviços.

Isto porque os trabalhadores terceirizados, muitas vezes, não podem obter o benefício porque "a empregadora, empresa interposta na relação triade de contrato de terceirização, não mais existe, seja por falência, por extinção ou por outras formas jurídicas de dissolução. Surgem, então, grandes entraves aos trabalhadores para a obtenção do denominado PPP".

Daí entender que os tomadores dos serviços, como "reais beneficiários dos serviços prestados", devem se submeter a esta responsabilidade subsidiária do tomador, alargando a abrangência da Súmula 331 do TST.

Invoca, para tanto, os ditames da boa-fé objetiva e do princípio da razoabilidade.

A proposta pretende atribuir responsabilidade subsidiária para as empresas tomadoras de serviços pela emissão de documento que, por lei, cabe ao empregador.

Segundo o autor, a base para tanto estaria nos princípios da razoabilidade e da boa-fé objetiva.

A consequência natural de propostas neste sentido é a descaracterização cada vez maior dos contratos de terceirização.

A terceirização representa um formato legítimo de organização da atividade empresarial, fruto do princípio da livre iniciativa.

Logo, atribuir-se ao tomador dos serviços terceirizados responsabilidades que cabem à empresa terceirizada, na qualidade de empregadora direta, é aniquilar as vantagens da terceirização, além de criar custos e interferir na organização administrativa das empresas, impedindo-as de se concentrarem nas suas atividades-fim.

Os problemas relacionados na justificativa do PL, ligados ao desaparecimento da empresa terceirizada, não podem ser imputados ao contratante, sendo situações ligadas à polícia administrativa das relações do trabalho.

Em outras palavras, o PL envolve problemas relacionados à fiscalização do trabalho, que não deve ser substituída pela imposição de obrigações às empresas que fizeram uma opção pela terceirização. Tal opção visa, exatamente, à redução de custos administrativos e à obtenção de maior

especialização nas atividades terceirizadas, enquanto se concentram nos seus objetivos sociais.

Por todas as razões expostas, voto pela rejeição do PL 2421 de 2007 na Comissão de Seguridade Social e Família.

Sala da Comissão, de junho de 2011.

Deputado DARCÍSIO PERONDI